

REINALDO NUNES – PORTUGUÊS

REGISTRA MOÇÃO DE APOIO À TOTAL APURAÇÃO DOS FATOS ENVOLVENDO UNIVERSITÁRIOS DURANTE ATO CONHECIDO COMO “VALIDAÇÃO”

Considerando a narrativa de alunos da Unesp campus de Assis, traduzida em uma Carta Aberta ao Público distribuída junto à Comunidade Acadêmica e à população, exposta em redes sociais (em anexo), sobre recentes episódios registrados numa empresa comercial do município de Assis;

Considerando que tais fatos, ocorridos no período de 29 de março a 05 de abril, merecem uma análise profunda de nossas autoridades, sejam elas do Poder Executivo, Legislativo e, principalmente do Poder Judiciário, por serem seus representantes responsáveis pela defesa de um legítimo Estado Democrático de Direito;

Considerando a informação divulgada pela Carta Aberta de que teria ocorrido cenas de agressão a dois jovens, com o registro boletim de ocorrência no Plantão Policial;

Considerando que, segundo as vítimas, a injustificável agressão teria sido decorrência de verificação e constatação de produtos expostos para comercialização e cobrança dos direitos do consumidor com base no programa: “De Olho na Validade”;

Considerando que, segundo as vítimas, numa destas ocasiões, elas teriam tido o carrinho de compras confiscado e que, "após breve luta pela posse, o carrinho teria sido levado ao estoque, deixando o cliente sem suas mercadorias", segundo a denúncia ainda a ser apurada pela polícia e Justiça, através de inquéritos e ações judiciais;

Considerando ainda que um grupo de alunos solidários às vítimas se dirigiu ao mesmo estabelecimento no dia 30 de março para promover um ato denominado de "Validação";

REINALDO NUNES – PORTUGUÊS

Considerando que, segundo os próprios alunos, nesta ocasião não houve resistência por parte de representantes da empresa, apesar de terem sido encontrados outros produtos com data de validade vencida em exposição;

Ocorre, Senhor Presidente e colegas Vereadores, que a partir desta data, segundo denúncia dos alunos e que merece ser apurada - repetimos-, vários dos participantes daquele manifesto passaram a ser vigiados de perto pelos seguranças da empresa, o que necessita ser apurado também;

Considerando ainda que, segundo a Carta aberta à população, no dia 03 de abril outros estudantes teriam sido acompanhados ou "perseguidos" durante o período em que consultavam preços e prazos de validade dos produtos que o "constrangimento" teria aumentado quando eles se aproximaram dos caixas;

Considerando que, segundo eles, após uma discussão envolvendo seguranças e estudantes, teve início um entreveio, com direito a agressões recíprocas presenciadas por outros clientes e funcionários;

Considerando que após o registro do boletim de ocorrência no Plantão Policial, segundo os alunos, novas ameaças teriam sido feitas aos universitários por parte de, acreditam eles, de seguranças da empresa - provavelmente policiais militares em dias de folga-, o que ainda também precisa ser apurado pelas autoridades competentes;

Considerando que, nessa data, segundo narrativa da Carta Aberta, um universitário e seu irmão, diante de testemunhas, teriam sido agredidos e tendo um aparelho de telefone celular roubado;

Considerando que, a partir desse momento, teria ocorrido um tumulto generalizado envolvendo várias pessoas;

REINALDO NUNES – PORTUGUÊS

Considerando que tais episódios resultaram em nova mobilização de um grupo de universitários nas imediações da empresa no último dia 5 de abril e que, simbolicamente, usaram mordanças "fazendo menção à prática de calar pela força, utilizada durante o golpe civil militar no Brasil";

No local, eles teriam feito um ato pacífico, usando suas vozes em um jogral, denunciando as agressões a todos que quisessem escutar;

Considerando a exposição dos participantes de que teriam sido filmados por câmeras manuseadas por pessoas sem quaisquer identificação, inclusive trafegando em motocicletas que teriam acompanhado ou "perseguido" os alunos até suas residências, posteriormente, causando receio e medo entre os mesmos por terem, simplesmente, se manifestado;

Considerando que, lamentavelmente nesse dia dois alunos garantem ter sido agredidos ao tentar resgatar suas bicicletas, cadeadas nas proximidades da empresa;

Considerando que essas agressões, segundo a Carta Aberta à População, representa um ataque direto aos estudantes da Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP, principalmente contra aos alunos do curso de Psicologia, uma vez que todas as vítimas frequentam esse curso;

Considerando que esta Casa de Leis, imagino, concorde ser inconcebível que 50 anos após o início da ditadura - o período mais sombrio da história do nosso país - ainda possa resistir resquícios desta ações truculentas em nossa sociedade;

Considerando que esse Poder Legislativo também se posiciona veementemente contrário a qualquer tipo e forma de violência dentro ou fora das dependências de nossa comunidade;

REINALDO NUNES – PORTUGUÊS

Considerando que essa Casa de Leis defende que todas essas denúncias necessitam e precisam ser apuradas, claro que respeitando o amplo direito do contraditório de todas as partes envolvidas;

Considerando que tais fatos, amplamente relatados nas redes sociais e divulgados por meio desta Carta Aberta, necessitam, o mais urgentemente, serem apurados e que os responsáveis sejam punidos;

Considerando ainda que esta Casa de Leis teve acesso a um texto produzido pelo delegado de polícia Dr. Sidney Carli, onde a autoridade judiciária faz alguns apontamentos sobre o episódio, entre eles que "o PROCON, por meio de seus fiscais, aplica multas administrativas em estabelecimentos que vendem produtos com data de validade vencida";

Considerando ainda que a autoridade explica que "nos supermercados ocorrem falhas culposas ou dolosas, no sentido de se deixar nas gôndolas produtos vencidos";

Considerando ainda que o texto do referido delegado explica que a Associação dos Supermercados do Estado de São Paulo, na busca de uma conciliação diante de tais problemas, propôs um Termo de Ajuste de Conduta no seguinte sentido: 'Toda vez que um consumidor encontrar um produto vencido, ele tem direito a outro produto igual ou semelhante, do mesmo preço, sem pagar nada', informa a autoridade;

Considerando ainda o delegado orienta que os consumidores, caso encontrem produtos vencidos, "deveriam chamar o responsável e solicitar a troca";

REINALDO NUNES – PORTUGUÊS

Considerando o texto do referido delegado de que um grupo de estudantes "passou a fiscalizar as gôndolas do supermercado e, pior do que isto, a esconder produtos com datas de validade próximas ao vencimento em outras gôndolas, impedindo o trabalho normal de fiscalização dos funcionários, e depois que estes produtos vencem, vão aos locais que estão escondidos e colocam no local certo e alegam que os produtos estão vencidos e exigem a troca";

Considerando que tal afirmação, por si só, já é uma grave denúncia e também precisa ser investigada e apurada pelas autoridades competentes, mas sem qualquer uso ou abuso de força;

Considerando que o delegado conclui que: "os responsáveis pelos estabelecimentos comerciais não podem culposamente ou dolosamente expor a venda de produtos vencidos";

Considerando que tal autoridade ainda aponta que "os consumidores que estão fazendo suas compras não têm legitimidade fiscalizatória no sentido de ficar procurando produtos vencidos por ser 'atribuição dos fiscais do Procon' e outros órgãos";

Considerando ainda que o texto assinado pelo delegado aponta que "os consumidores devem fazer suas compras e caso encontrem produtos vencidos por falhas dos funcionários ou dos fiscais deverão procurar o responsável e solicitar a troca gratuita";

Considerando que, após fazer alguns questionamentos de ordem puramente pessoal, o referido delegado de polícia judiciária, conclui que "o episódio ocasionou conflitos entre estes representantes e os seguranças do estabelecimento comercial, que terminou em agressões físicas e verbais, que serão apuradas dentro da mais justa lisura", garante;

REINALDO NUNES – PORTUGUÊS

Considerando, e concordamos com a autoridade policial, que "nada justifica agressões físicas. Os responsáveis pelas agressões físicas, independentemente de quem sejam, serão punidos". É o que essa Casa de Leis e a comunidade esperam dos representantes da Secretaria de Segurança Pública e do Poder Judiciário;

Requeremos, ao final da leitura e discussão dessa propositura apresentada, após sua aprovação em plenário, que seja registrada **Moção de Apoio** às autoridades no sentido de se investigar, com total imparcialidade, os atos de todos os envolvidos nesse lamentável episódio e punir, de forma exemplar, que tenha se utilizado da força e truculência, para defender seus interesses, sejam eles quais forem.

A Câmara Municipal tem se pautado por atuar nos mais diferentes assuntos enfrentados pela comunidade que ela representa e não poderia se omitir nesse episódio de repercussão regional.

Por isso, exigimos que nossas autoridades, legalmente investidas na Secretaria de Segurança Pública e Poder Judiciário, investiguem, com total independência, todos os fatos narrados por ambos os lados, para que a Justiça seja feita.

Que seja dada ciência dessa Moção em defesa da Cidadania e da Justiça, aos representantes dos alunos, à direção da Unesp - campus de Assis - à direção da empresa envolvida no lamentável episódio, ao comando da Polícia Militar, à Delegacia Seccional de Polícia Civil de Assis, ao representante do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 2014.

Reinaldo Nunes - Português
Vereador do Partido dos Trabalhadores